

possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente, são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.9. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

4. Principais mudanças nas políticas contábeis: **4.1. Novas normas e interpretações adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019 e foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo: **CPC 48 / IFRS 9 Financeal Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia concluiu que este pronunciamento não teve impacto material nas demonstrações financeiras. **CPC 47 / IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes):** Em maio de 2014, o IASB emitiu a IFRS 15, que substitui a IAS 18 - Receitas e interpretações relacionadas. O IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas, aplicável no reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes. Esse novo pronunciamento tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens e serviços para o cliente e por um montante que reflete a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços. Este pronunciamento passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Companhia concluiu que este pronunciamento não teve impacto material nas demonstrações financeiras. **4.2. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: CPC 06 (R2) / IFRS 16 Leases (Arrendamentos):** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPIC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Anteriormente, a Companhia não possuía arrendamentos operacionais. Para seus arrendamentos financeiros já existentes, a Companhia não espera nenhum impacto. A norma é efetiva para período anuais com início em ou após janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Companhia ainda está avaliando os possíveis impactos da adoção desta norma para as demonstrações financeiras.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: A apresentação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC requer que a administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas. As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia na preparação destas demonstrações financeiras referem-se, fundamentalmente, à redução de valor recuperável de ativos. A Companhia anualmente testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis. A recuperabilidade dos ativos com base no critério do fluxo de caixa descontado depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e dessa forma a Administração entende que não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão ou não no futuro. **5.1. Contingências:** As contingências estão registradas quando a probabilidade de perda é considerada provável por nossos consultores jurídicos (Internos e Externos) e estão divulgadas quando a probabilidade é possível. As contingências encontram-se dispostas na nota explicativa nº 12. O registro das contingências em um determinado passivo na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor de perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros. **5.2. Redução de valor recuperável de ativos:** A Companhia anualmente testa a recuperabilidade de

seus ativos tangíveis e intangíveis. A recuperabilidade dos ativos com base no critério do fluxo de caixa descontado depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e dessa forma a Administração entende não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão ou não no futuro.

6. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: **6.1. Gestão de risco financeiro:** **a. Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades com patrimônio líquido acima de 1 bilhão de dólares. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **b. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pela área financeira. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O eventual excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pela área financeira. A área financeira investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha fundos de aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 6.029 (2017 - R\$ 4.828) que se espera serem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Menos de um ano

Em 31 de dezembro de 2018

Fornecedores	
Partes relacionadas	393
Terceiros	743
	<u>1.136</u>

Em 31 de dezembro de 2017

Fornecedores	
Partes relacionadas	177
Terceiros	342
	<u>519</u>

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	1	1
Aplicações financeiras de alta liquidez	6.029	4.828
	<u>6.030</u>	<u>4.829</u>

As aplicações financeiras são de renda fixa e possuem remuneração média de CDI CETIP de 88% até 100%, com liquidez diária e efetuadas com bancos de primeira linha. As aplicações financeiras são resgatáveis a qualquer momento, sem perda do rendimento auferido, visando atender compromissos de curto prazo da Companhia.

8. Partes relacionadas: a. Transações e saldos: Os saldos destas contas representados por valores a receber e/ou a pagar relativos a transações comerciais, que têm como base, principalmente, a prestação de serviços compartilhados. As principais transações possuem contratos aprovados pela administração da companhia, com prazos médios de pagamentos e recebimentos de 30 dias.

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	-	-	-	4
Norsk Hydro Brasil Ltda.	215	372	1	167
Hydro Aluminium AS	-	-	-	6
Mineração Paragominas S.A.	-	21	-	-
	<u>215</u>	<u>393</u>	<u>1</u>	<u>177</u>

Esses saldos com partes relacionadas estão incluídos na conta do balanço patrimonial:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo circulante:				
Outras contas a receber - Partes relacionadas	215	-	1	-
Passivo circulante:				
Fornecedores - Partes relacionadas	-	393	-	177
	215	393	1	177

Os resultados obtidos com as transações comerciais e financeiras com partes relacionadas são os seguintes:

	2018		2017	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Hydro Aluminium AS	-	(71)	-	-
Mineracao Paragominas S.A	-	(21)	-	-
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	-	(21)	-	-
Norsk Hydro Brasil Ltda.	-	(1.849)	-	(1.657)
	-	(1.962)	-	(1.657)

Os valores referentes a estas transações estão incluídos nas seguintes contas da demonstração do resultado:

	2018	2017
Gerais e administrativas	(1.962)	(1.657)
	<u>(1.962)</u>	<u>(1.657)</u>

9. Impostos e contribuições a recuperar

	2018	2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	753	735
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	52
Circulante	<u>753</u>	<u>787</u>

continua